



Volume I, número 2, jul-dez, 2020, pág. 180-208.

CONTRIBUIÇÕES LATINOAMERICANAS AO DEBATE SOBRE O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE¹

Rafaela Campos Ohata
Rosana de Abreu Primo
Stephany Pereira da Silva
Leandro Limoni de Campos Fonseca

Latin American contributions to the debate on the concept of intersectionality

Resumo: A partir da relação entre raça, classe e gênero, entende-se a condição da mulher negra por uma perspectiva interseccional. Desde a época da escravidão, até aos dias atuais pós-colonialismo, a mulher negra é vista de forma estereotipada e suas necessidades não são reconhecidas. Durante o passar dos anos, autoras como Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, discutem e apresentam a perspectiva da mulher negra. Surge então, o feminismo negro que, mediante um olhar interseccional, entende que não se pode considerar uma necessidade uniforme para todas as mulheres. Percebendo que muitas autoras possuem como referência o contexto norte-americano, torna-se importante trazer a mesma discussão para a América Latina, já que possui uma cultura, um processo histórico e uma visão sobre a pessoa negra de forma diferente do contexto norte-americano. Partindo do conceito de interseccionalidade abordado por Kimberlé Crenshaw, e suas três dimensões: política, estrutural e representacional, realizou-se uma pesquisa bibliográfica centrada em apresentar o conceito de interseccionalidade e indicar as contribuições do pensamento latinoamericano para sua problematização. Sendo assim, pretendeu-se identificar e descrever os conceitos do pensamento latinoamericano que remetem às dimensões da vida social consideradas fundamentais para o debate sobre o conceito de interseccionalidade, além de refletir sobre as relações entre as autoras estudadas.

Palavras-chave: Feminismo negro. Interseccionalidade. Mulher negra. Pensamento latinoamericano.

Abstract: Based on the relation between race, class and gender, a condition of black women is understood from an intersectional perspective. From the time of slavery to the present day of post-colonialism, a black woman is seen as a stereotyped form and her needs are not recognized. Over the years, authors such as Angela Davis, Bell Hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro and Djamila Ribeiro, have discussed and presented the black woman's perspective. Then, black feminism emerges which, by using an

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação no componente Prática de Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia da Universidade de Sorocaba - Uniso, sob orientação do Professor responsável, no ano de 2019.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

intersectional look, understands that it cannot consider an uniform need for all women. Realizing that many authors use the North American context as a reference, it is important to bring the same discussion to Latin America, since it has a culture, a historical process and a view about a black person different from the North American context. Starting from the concept of intersectionality approached by Kimberlé Crenshaw, and its three dimensions: political, structural and representative, a bibliographic research was carried out focused on presenting the concept of intersectionality and indicate the contributions of Latin American thought to its problematization. Therefore, it intends to identify and describe the concepts of Latin American thought that refer to the dimensions of social life considered fundamental to the debate on the concept of intersectionality, in addition to reflecting on the relations between the authors studied.

Keywords: Black feminism. Intersectionality. Black woman. Latin American thought.

Resúmen: A partir de la relación entre raza, clase y género, es posible entender la condición de la mujer negra a través de la perspectiva interseccional. Desde la época de la esclavitud hasta la actualidad del postcolonialismo, se ve la mujer negra de forma estereotipada y sus necesidades no se las reconocen. Con el paso de los años, autoras como Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro y Djamila Ribeiro debaten y presentan la perspectiva de la mujer negra. Surge, pues, el feminismo negro que, a partir de una perspectiva interseccional, se entiende que no es posible considerar la necesidad uniforme a todas las mujeres. Al notar que muchas autoras toman en cuenta la realidad estadounidense, se necesita traer la misma discusión a Latinoamérica, ya que tenemos una cultura, un proceso histórico y una visión sobre el negro distinta del contexto estadounidense. A partir del concepto de la interseccionalidad de Kimberlé Crenshaw y sus tres dimensiones: política, estructural y representacional, se realizó una investigación bibliográfica cuyo eje era representar e indicar las contribuciones del pensamiento latinoamericano y su problematización. Por lo tanto, se ha querido identificar y describir los conceptos del pensamiento latinoamericano que nos remiten a las dimensiones de la vida social consideradas fundamentales para fomentar el debate sobre el concepto de interseccionalidad, además para reflexionar sobre las relaciones entre las autoras supracitadas.

Palabras-clave: Feminismo negro, Interseccionalidad. Mujer negra. Pensamiento latinoamericano.



1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo conceito de interseccionalidade surgiu após nossa participação em um projeto que visava temas sobre as violências contra a mulher. A partir dessa consideração, começamos a questionar as relações em nosso cotidiano, percebendo a ausência dessa temática e assuntos relacionados à população negra nos componentes curriculares do curso de Psicologia. Tais questionamentos geraram uma reflexão interna sobre o nosso papel e condição na sociedade. Sendo assim, torna-se necessário a apresentação de nossas identidades, e em seguida a explicação em relação à relevância do tema para nós e para os leitores.

Eu, Graduanda 1, como mulher branca com ascendência japonesa, entendo a interseccionalidade como uma maneira para enxergar as diferenças de lutas e enfrentamentos entre cada indivíduo. Mesmo não passando pelo que uma mulher negra passa durante sua vida, consigo perceber o quanto o racismo e o sexismo impactam em suas relações. Visto isso, entendo a importância em aprofundar o estudo nos contextos sócio-históricos, nas lutas, nas visões dessas mulheres e no próprio conceito de interseccionalidade, mesmo sendo difícil por medo de estar tirando o lugar de fala de alguém. Então, mostra-se cada vez maior a importância para a formação acadêmica e também, para o próprio desenvolvimento pessoal. Por tais questões decidi discutir, a partir do meu lugar, e questionar os motivos para não ter sido apresentado tais debates durante a graduação.

Eu, Graduanda 2, como mulher branca, compreendi que o tema Interseccionalidade me proporcionou uma reflexão sobre a sociedade e como me disponho nela. Do meu lugar de fala, entendo que é muito importante poder estudar um assunto tão pertinente como esse, pois ao longo do curso, não tive aulas que falassem sobre a mulher negra, e assimilei o quanto é relevante essa discussão. Agora entendo que sou privilegiada, pois mesmo que eu já tenha vivido alguns preconceitos provenientes do machismo, não tinha consciência de todos os preconceitos que uma mulher negra pode sofrer. Aprender sobre o contexto histórico e como a identidade dos indivíduos afrodescendentes foi construída expande a percepção do racismo estrutural que ainda está velado em nossa sociedade, e isso cada vez mais justifica a aplicação de ações relacionadas às políticas públicas para as mulheres. Assim, do meu ponto de vista,



a interseccionalidade exemplificou como a mulher negra está posicionada em relação ao restante da sociedade, e como o feminismo negro é um instrumento para lutar por seus direitos.

Eu, Graduanda 3, sou uma mulher negra. A interseccionalidade tornou-se uma possibilidade de estudo a partir do momento em que comecei a problematizar minha condição nas relações sociais. As leituras que realizei para a produção deste artigo fizeram com que eu me deparasse com algumas identificações que as autoras negras discutiam em seus textos. Eu pude perceber que apesar de não ter vivenciado todos os tipos de discriminação, me encontro em uma posição desfavorável em relação às mulheres brancas e os homens negros e brancos. Ao mesmo tempo em que percebo minhas oportunidades quando comparo minhas condições às questões de sofrimento que outras mulheres negras perpassam. Noto que, pela possibilidade de estar em uma sala de aula em que se pode contar no dedo de uma única mão o número de alunas negras, me traz a sensação de ser privilegiada, ao mesmo tempo em que me impulsiona a questionar o porquê há uma parcela menor de mulheres negras em meu curso. Portanto, creio que a Interseccionalidade com enfoque na mulher negra é uma ferramenta que me possibilita compreender e questionar as relações sociais na contemporaneidade.

O conceito de interseccionalidade com o enfoque na mulher negra é apresentado neste artigo como forma de problematizar as diferenças existentes em relação às necessidades, cultura, condições e perspectivas das mulheres negras. É importante frisar que nós nos reconhecemos como cisgênero, mas cada uma possuindo características e circunstâncias diferentes em relação à condição de ser mulher. Assim, a interseccionalidade articula de forma indissociável a relação entre raça, classe e gênero, por meio do contexto histórico da condição da mulher negra. Portanto, consideramos a necessidade de analisar epistemologicamente o trajeto que permeia desde as violências até os tipos de resistências.

A pensadora norte-americana Angela Davis (2016) explana a trajetória da mulher negra desde o período escravocrata até o início das lutas feministas, destacando as formas de opressões sociais e tipos de violências a que estavam submetidas. De acordo com Davis (2016, p. 19) “as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser



infligidos a elas.” Assim, no período escravocrata, a mulher negra permeou por um longo tempo como objeto de uso, sendo explorada para a rentabilidade, prazer e dominação dos donos de escravos.

A luta da mulher negra por seus direitos e reconhecimento vem sendo retratada desde 1851, quando a ativista e abolicionista Sojourner Truth, argumentou na Convenção dos Direitos das Mulheres nos Estados Unidos, em um discurso que trouxe à tona a diferença da mulher branca e negra, enquanto a primeira lutava pelo direito ao voto e ao trabalho, a segunda enfrentava a falta de reconhecimento na condição de ser humano. Truth evidenciou sua força ao falar sobre o trabalho no campo e relatou sobre as situações em que não obteve ajuda, além dos momentos de exposição a vários tipos de violência, como ser chicoteada e também, ter sido impedida de criar seus filhos para que fossem vendidos, tornando-se escravos (RIBEIRO, 2016).

De acordo com Hirata (2014) a interseccionalidade começa a ser problematizada a partir dos movimentos realizados pelo *Black Feminism* nos países anglo-saxônicos na década de 1960. O conceito de interseccionalidade surge então, no “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*” em 1989, com a necessidade de se pensar as diferenças existentes dentro dos movimentos de luta e resistência, por meio da discriminação racial que mulheres negras enfrentavam no contexto trabalhista, em que sua condição era suprimida nos tribunais dos Estados Unidos da América. O termo cunhado por Kimberlé Crenshaw retrata as adversidades em se considerar todas as condições das mulheres como iguais. Sendo assim,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Em 1990, a autora avançou o pensamento sobre o conceito de interseccionalidade discutindo a questão da violência doméstica e o estupro nos Estados



Unidos da América. Em seu texto “*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*”, o conceito é abordado a partir de três dimensões, sendo elas: estrutural, política e representacional.

Crenshaw (1990) explana que a dimensão estrutural trata-se de que, em relação à questão socioeconômica, as mulheres negras estão em desvantagem, o que pode ser correlacionado com a possibilidade de estarem mais suscetíveis aos tipos de violência. Já em relação à dimensão política, a autora aborda o fato de a mulher negra estar posicionada em pelo menos dois grupos vistos como inferiores, experimentando o racismo diferente do homem negro e o sexismo diferente da mulher branca. Sendo assim, o embate entre a luta antirracista e feminista mostra uma hesitação política e limitada que aflige principalmente a mulher negra. Portanto, as lutas de gênero e raça não suprem as necessidades desta mulher que está submetida a sofrer mutuamente ambos os tipos de preconceito. No âmbito representacional, a pensadora aborda como uma questão de identidade, pois raça e gênero são convencionalmente tratados por meio de discursos liberais que são permeados pelos vestígios do preconceito e da dominação (CRENSHAW, 1990). A invisibilidade explícita à mulher negra corrobora para que ela não tenha sua representatividade na fala das lutas feministas e antirracistas, deixando suas experiências e contribuições à margem da sociedade.

Atualmente a interseccionalidade continua sendo pauta emergente da condição de luta do feminismo negro, devido às formas de violências que a mulher negra sofre em uma sociedade patriarcal e heteronormativa branca. Djamila Ribeiro (2016, p. 101) elucida que, analisar a interseccionalidade “é pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável”. Portanto, a condição da mulher deve ser considerada a partir da cor de sua pele, situação econômica e orientação sexual, pois as necessidades apresentadas por uma mulher branca lésbica são dissociáveis das apresentadas por uma mulher negra lésbica.

Devemos compreender que não há uma condição superior à outra, mas sim, diferentes demandas. Uma mulher negra e uma mulher branca que ocupam a mesma classe social experimentam a opressão a partir de diferentes lugares, proporcionando pontos de vista distintos “sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista” (MOUTINHO, 2014, p. 212).



A autora bell hooks (1995) argumenta em seu texto “Intelectuais Negras” sobre a dificuldade de autoras intelectuais negras serem reconhecidas como detentoras do saber e serem respeitadas no ambiente acadêmico nos Estados Unidos. De acordo com a autora:

[...] as intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. (HOOKS, 1995, p. 468).

Não só em tais aspectos a mulher negra sofre. As posições em que são colocadas como inferiores, aparecem até mesmo em movimentos favoráveis à discussão de gênero. Conforme elucida Davis (2016) o início dos anos 1970 evidenciou a luta das mulheres pela legalização do aborto, conquistada por meio do movimento *Women's Liberation* e regulamentada no Supremo Tribunal dos Estados Unidos. Mesmo sendo uma conquista feminista, as mulheres negras não estavam presentes nos movimentos que visavam os direitos ao aborto, o que foi justificado nas reflexões do período, como a ocupação das mulheres negras na luta antirracista e a falta de consciência sobre a questão de gênero. Em contrapartida, a militância das mulheres brancas não se atentou a relação do genocídio com o controle da natalidade. Este movimento, por exemplo, foi conhecido por defender a esterilização involuntária – uma forma racista de “controle de natalidade” (DAVIS, 2016, p. 146).

No contexto brasileiro, em meados dos anos 70, os movimentos feminista e negro manifestaram-se em favor da democracia e da cidadania, opondo-se às desigualdades sociais, já que o país passava por uma ditadura militar. No entanto, as mulheres negras surgiram como sujeitos implícitos em ambos os movimentos. Pensamos no fato de que, em uma sociedade que lida com a questão racial a partir de uma visão de submissão, as conquistas do movimento feminista privilegiam as mulheres brancas, desconsiderando as negras (RIBEIRO, 1995).

Por tal questão, surge a necessidade de uma luta que priorize a realidade da mulher negra, de maneira que compreenda e observe as questões enfrentadas por estas a



partir de uma filosofia crítica às opressões sociais. Tais necessidades são estudadas pelo feminismo negro.

Ribeiro (2018) cita que, de acordo com a socióloga Núbia Moreira, a luta do feminismo negro começa a se desenvolver em 1980 no Brasil. Em 1985 ocorreu o III Encontro Feminista Latino-americano em Bertioga, no estado de São Paulo, no qual as mulheres negras tinham como objetivo promover visibilidade política dentro do movimento feminista. Na época, surgiram coletivos de mulheres negras, organizações como: Geledés, Fala Preta, Criola e também grupos de produção intelectual. A escritora negra e brasileira Lélia Gonzalez contribui com seu pensamento sobre a mulher negra e os modos de hierarquização dos meios de saberes, “como produto da classificação racial da população, uma vez que o modelo valorizado e universal é branco” (p. 101).

De acordo com Cardoso (2014), Lélia Gonzalez atentou-se em relação à realidade de exclusão vivida pelas mulheres no Brasil, principalmente as mulheres negras e indígenas. Foi uma das precursoras na crítica ao feminismo hegemônico e a refletir a respeito das diversas “trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, evidenciando, com isso, as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e no Caribe” (p. 965).

Conforme elucidada Carneiro (2003), a Constituição Federal de 1988 contribuiu decisivamente no processo de democratização do Estado, conduzindo a importantes colaborações e inovações nas políticas públicas. A partir de então, começou a ter uma organização de conselhos que pudessem olhar para as mulheres, considerando a igualdade de gênero, visando combater a desigualdade entre elas. Mas esse movimento ainda não diferenciava condições de classe e raça. As mulheres negras ainda ocupavam um lugar invisível e oprimido na sociedade. “Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

De acordo com Gonzalez (1988), dizer que todos são iguais perante a lei, assume para nossa sociedade um caráter nitidamente formalista, perpetuando que os valores do ocidente branco são indicadores de crenças de qualificações como únicas, verdadeiras e universais. Portanto, a autora esclarece que os negros e índios são colocados à margem



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

da classe dominante e são oprimidos devido ao racismo estrutural que ocorre na América latina.

Assim, o breve percurso histórico do conceito de interseccionalidade apresentado acima por nós, possibilita pensar em como o movimento feminista negro norte-americano e latinoamericano podem se assemelhar ou se distinguir, considerando que esses marcos históricos são recentes, comparados ao período escravocrata. Partindo da ideia de que diferentes tipos de articulações entre as formas de opressão produzem diferentes maneiras de viver as opressões, de que aspecto a especificidade do contexto latinoamericano nos permite ler de maneira diferente a dimensão interseccional da sociedade, ou interpretar de jeitos diferentes conceitos já estabelecidos? Este estudo retrata o percurso realizado para responder essa pergunta.

Diante de tais questões, este estudo se propôs a indicar as contribuições do pensamento latinoamericano para o debate acerca do conceito de interseccionalidade. Identificamos e descrevemos os conceitos do pensamento latinoamericano que remetem às dimensões da vida social, consideradas fundamentais para o debate sobre o conceito de interseccionalidade, refletindo sobre as relações entre as produções teóricas.



2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, desenvolvida por meio do levantamento de artigos científicos em bases de dados online e livros. É possível desenvolver uma pesquisa baseada puramente em fontes bibliográficas. Tal pesquisa traz como vantagem para nosso estudo desenvolvido, um conjunto de eventos que facilitam o acesso de informações, porém, em contrapartida, devemos atentar-nos às fontes secundárias que podem apresentar as informações de maneira equivocada. Para que isso não ocorra, convém nos assegurar e analisar as informações para constatar possíveis incoerências ou contradições (GIL, 2002).

Os dados foram coletados através do acesso aberto às plataformas digitais como a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e Conselho Latino-americano de Ciências Sociais² (Clacso). A plataforma digital Google Acadêmico também foi acessada para a obtenção de materiais. Além disso, a disponibilização para uso de livros físicos.

Para o levantamento dos artigos científicos, selecionamos as palavras chaves: mulher negra, gênero, raça, classe, interseccionalidade e pensamento latinoamericano. Foi levantado o total de trinta artigos que posteriormente, utilizamos como critério de inclusão e exclusão, a plataforma Sucupira³ para a verificação da classificação das revistas em que foram publicados, como: A1, A2, B1 e B2, resultando em quinze publicações para a nossa pesquisa.

Os textos utilizados para análise foram selecionados após um levantamento do nosso próprio acervo e da plataforma Clacso, considerando a aproximação do tema

2

Instituição internacional não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO. Tem como objetivo a promoção e o desenvolvimento de pesquisa e ensino das Ciências Sociais, promovendo a difusão de conhecimentos produzidos por cientistas, organizações populares e entidades da sociedade civil.

3

Plataforma que disponibiliza informações, processos e procedimentos realizados pela Capes no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para toda a comunidade acadêmica, com o objetivo de dar maior visibilidade à expansão da pós-graduação brasileira. Propicia a parte gerencial-operacional dos processos e permite maior participação de Pró-Reitorias e coordenação de programas de pós-graduação. Proporciona também a coleta de informações, análises e avaliações baseadas no SNPG.



acerca da interseccionalidade. Com isso, designamos 3 textos que possuíam maior afinidade e conteúdo para a realização da análise.

Após a definição dos textos a serem analisados, utilizamos um mapa dialógico de transcrição sequencial como instrumento para o início da análise elaborada. Nascimento, Tavanti e Pereira (2014) apontam que “os mapas dialógicos fazem parte dos procedimentos de análise que podem envolver algum procedimento anterior e/ou posterior” (p. 253). Tal instrumento surge como auxílio para a aproximação, organização e direcionamento da discussão. Para isso, realizamos a transcrição sequencial a partir da identificação de “quem fala, em que ordem cada pessoa fala e sobre o que fala” (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014, p. 254).

Durante o processo, deparamo-nos com algumas objeções no trabalho em relação ao conceito abordado por Kimberlé Crenshaw. Entendemos que a interseccionalidade aborda inúmeras questões, porém, houve a necessidade do enfoque na relação de raça, classe e gênero, com um olhar para as mulheres negras.

O pensamento latinoamericano sobre a interseccionalidade tem como proposta a possibilidade de compreender as condições das mulheres negras latinas, considerando as especificidades da sua realidade e contexto sócio-histórico de colonização. A autora Gonzalez (1988) elucida que o racismo latinoamericano acontece de forma disfarçada para manter negros e índios à margem da classe dominante. Isto ocorre por meio da ideologia do branqueamento que é retratada por veículos de comunicação de massa e aparelhos ideológicos tradicionais, que compõem o Estado-nação (esferas público-privada, família, igreja, escola, etc.), em que são perpetuados os valores do ocidente branco sendo como universais, únicos e verdadeiros. A partir do momento em que é determinado o mito de que o branco é superior, torna-se eficiente a fragmentação da identidade racial, sendo assim, é introjetado interiormente o desejo de embranquecer ao mesmo tempo em que acontece a negação da própria raça e cultura. Portanto, é necessário considerarmos as divergências e semelhanças inerentes à cultura dos países como forma de contribuição para a fomentação da intelectualidade com relação à mulher negra latinoamericana.

Sendo assim, os livros escolhidos para análise e discussão foram: Interseccionalidade, parte da coleção Feminismos Plurais, texto: “Vamos pensar direito:



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

Interseccionalidade e as mulheres negras”, escrito por Carla Akotirene; Afrodescendências, parte da série Pensamentos Silenciados, texto: “*Mujeres negras: resignificando la experiencia cubana*”, escrito por Rosa Campoalegre Septien. Para o terceiro texto foi selecionado o artigo científico: “A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade”, escrito por Laura Cecília López.

Visto a importância da colaboração das pensadoras latinoamericanas, podemos considerar que as autoras: Carla Akotirene, Laura Cecília López e Rosa Campoalegre Septien, contextualizam de forma emergente sobre o conceito de interseccionalidade, cunhado pela escritora Kimberlé Crenshaw, que estrutura as dimensões interseccionais da perspectiva norte-americana. Assim, torna-se essencial uma breve apresentação das escritoras estudadas.

A norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw possui graduação em Estudos Governamentais e Africanos pela Universidade Cornell e atualmente é professora de Direito na University of California, Los Angeles (UCLA) e na Columbia Law School. Na mesma instituição, fundou em 2011 o Centro de Estudos de Interseccionalidade e Política Social, sendo nomeada diretora do mesmo (COLUMBIA, 2019).

A brasileira Carla Akotirene formou-se em Assistência Social pela Universidade Federal da Bahia e atualmente é recém-integrada no quadro de docentes da mesma, como pesquisadora da Epistemologia Feminista Negra. Integra o Projeto Opará Saberes como idealizadora para promover a inserção de estudantes negros e negras nas universidades estaduais e federais. (GELEDÉS, 2019).

Laura Cecília López, nascida na Argentina, porém, residente no Brasil, possui graduação pela Universidad de Bueno Aires, onde cursou Ciências Antropológicas (Orientação Sociocultural). Possui mestrado e doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A autora é docente no programa de pós-graduação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos em Ciências Sociais e Saúde Coletiva, e seus estudos estão relacionados à interseccionalidade com ênfase em saúde da população negra, políticas públicas étnico-raciais, saúde das mulheres e entre outros (LÓPEZ, 2019).



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

A autora cubana Rosa Campoalegre Septien é doutora em Ciências Sociais, investigadora no Centro de Investigações Psicológicas e Sociológicas, professora, pesquisadora e coordenadora do grupo de trabalho CLACSO de afrodescendentes e propostas contra hegemônicas. Sua base de pesquisa está relacionada à família, gênero, afrodescendentes, crime e políticas públicas. A autora também é integrante da rede de mulheres afrodescendentes. (AFROCUBAWEB, 2019).

As autoras por nós estudadas demonstram em seus textos a importância da compreensão da história de países como Brasil, Cuba e Uruguai, que têm o colonialismo como um dos fatores determinantes para a migração escravizada da população afrodescendente para seu território. De acordo com Andrews e De la Fuente (2018):

Os africanos começaram a chegar às ilhas do Caribe no início do século XVI, e a escravidão não foi totalmente abolida nessas ilhas até 1886, quando os últimos escravos foram emancipados em Cuba. Dois anos depois, o Brasil tornou-se o último país das Américas a abolir a escravidão; e hoje é o lar da segunda maior população afrodescendente do mundo, superada em tamanho apenas pela Nigéria. Cerca de um milhão de africanos chegaram a Cuba durante o século XIX e mais de dois milhões ao Brasil, um processo que ajuda a explicar a profunda influência que as práticas culturais africanas exerceram na formação de culturas nacionais nesses dois países e na região como um todo (p. 19).

A escravidão permaneceu por anos depois da abolição, em países como Cuba e Brasil, que concentram uma das maiores populações afrodescendentes. A formação cultural deles se dá pela ancestralidade africana determinante para a construção de sua identidade, mas que no desenvolvimento dessas nações, acarretaram no silenciamento e invisibilidade desse povo, que ficou à mercê de seus direitos pela classe dominante. O Uruguai também se caracteriza pelas mesmas condições, exceto pela concentração da população, pois a maioria é descendente de imigrantes europeus.

Andrews (2018) discute o fato de sociedades latinoamericanas estarem marcadas por um *status* ordinário nas comunidades dominadas por repúblicas europeias. Em uma tentativa de mudança de tal circunstância, “as nações latino-americanas buscaram modificar sua composição racial atraindo a imigração europeia” (p. 87), um esforço bem



sucedido no Uruguai, no sul do Brasil e em Cuba, nos quais houve uma inclinação para a imigração europeia, relegando os afrodescendentes.

A partir da contextualização histórica é possível considerarmos que a autora Carla Akotirene, no capítulo “Vamos pensar direito: Interseccionalidade e as mulheres negras”, traz o conceito de Kimberlé Crenshaw como norteador para sua discussão. A pensadora aborda que tal conceito promove intervenções políticas e instrui judicialmente sobre as condições estruturais da sobreposição do racismo e sexismo que discriminam a condição da mulher negra (AKOTIRENE, 2019).

Podemos notar que, a partir do pensamento de Akotirene, entende-se que as discriminações raciais e sexistas ainda perpetuam na sociedade devido a uma questão estrutural que ocorre desde a colonização. Isso posiciona a mulher negra a um lugar desfavorável em comparação ao homem negro e à mulher branca, que também estão em condição de desigualdade em relação ao homem branco.

Akotirene (2019) acredita que a condição inalterável do feminismo branco, movimento antirracista e do âmbito dos direitos humanos, não encontra formas de conduzir as identidades interseccionais. Sendo assim, o conceito surge com a intenção de impedir reducionismos e investigar os contextos em que tais colisões se dão, qual frequência e os tipos de discriminações sofridas de modo interseccional.

Devido ao racismo estrutural a mulher negra é impossibilitada de ter acesso e oportunidade de estar no mercado de trabalho como a mulher branca. Os serviços que lhes são propostos são reduzidos a uma mão de obra barateada que não proporciona nenhuma seguridade para sua velhice, ou seja, ela ocupa o lugar da servidão. O que lhe é cedido faz com que ela esteja à mercê do autoritarismo de terceiros, a posicionando em uma condição não crítica (AKOTIRENE, 2019).

Seguindo a ideia de Crenshaw sobre a dimensão política, Akotirene também traz à tona o fato da mulher negra não ser vista por ambos os grupos dos quais está inserida.

[...] o fato de mulheres e meninas negras estarem situadas em pelo menos dois grupos subordinados que, frequentemente, perseguem agendas contraditórias, dando impressão de que todas as violências policiais dilatadas para o sistema penal são contra homens negros. Todas as violências domésticas dilatadas para o encarceramento feminino ou feminicídios são impostas às mulheres brancas (AKOTIRENE, 2019, p. 60).



Comprendemos que a autora busca retratar uma realidade de representatividade no âmbito do sistema penal, indicando que políticas públicas não contemplam as necessidades da mulher negra. Tal discussão surge pelo fato de que Akotirene (2019) elucida a discriminação que a mulher negra sofre diante dos tribunais, pois sua condição é considerada como improcedente pela dificuldade existente da combinação entre racismo e sexismo na mesma ação processual.

A autora acredita que, no Brasil, para que os instrumentos protetivos sejam efetivos no combate às discriminações que impossibilitam a liberdade de um sujeito, é necessário haver a averiguação de performances racistas e sexistas a partir de um tratamento interseccional (AKOTIRENE, 2019). Como exemplo para tal, a Lei Maria da Penha surge em seu texto como uma lei que não atende às mulheres de maneiras iguais, pois existe uma incapacidade de um olhar interseccional.

Sendo assim, a mulher negra não tem seus direitos reconhecidos, pois é estigmatizada pelo seu corpo como um indicativo sexualizado por uma sociedade patriarcal e machista, em que o racismo permeia a questão estrutural, abrangendo as instituições, como por exemplo, as prisões.

O Direito tem sua dinâmica interseccional, misoginias e racismos institucionais e dá conta dos mesmos recursos administrativos responsáveis por obstruir às mulheres negras o direito de registrarem queixas, levando em conta discursos prévios sobre mulheres fáceis, raivosas, perigosas, sexualmente disponíveis (AKOTIRENE, 2019, p. 71).

Outro ponto considerado é o preconceito que as mulheres negras sofrem pela localização de moradia retratada por veículos de comunicação, como sendo lugares violentos, precários e considerando que sempre há pontos de drogas, indicando locais periféricos e estigmatizados pelo Estado (AKOTIRENE, 2019). Sendo assim, a mulher negra fica à mercê do machismo que permeia ambientes judiciários, como delegacias.

O machismo, além disto, propicia aos agressores de mulheres, delegados, juízes e ativistas de direitos humanos, o encontro de iguais, porque a polícia que mata os homens no espaço público é a mesma que deixa as mulheres morrerem dentro de suas casas (AKOTIRENE, 2019, p. 69).



Portanto, a autora retrata uma realidade brasileira que demonstra a condição da mulher negra relacionada às três dimensões: estrutural, política e representacional da interseccionalidade, citadas por Crenshaw. Compreendemos que, a partir da colonização e escravidão, que se manteve por muitos anos e ainda se mantém com diferentes aspectos no sistema capitalista patriarcal de hegemonia branca, determinou-se a condição de negros e negras no Brasil.

Laura Cecília López, autora de “A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade”, inicialmente retrata em seu texto a interseccionalidade a partir do pensamento das escritoras Crenshaw (2002), Carneiro (2003) e Gonzalez (1988). A pensadora aborda o tema e analisa a mobilização e organização pública das mulheres negras no Uruguai, caracterizadas pela interseção de gênero e raça, tendo como base sua posição de mulher branca ao relatar que:

Neste artigo, abordam-se os fenômenos a partir de uma perspectiva decolonial e interseccional de análise, sendo minha posição política e epistemológica como mulher branca a de ecoar (e não a de ser uma voz autorizada “em nome de”) e dialogar com os discursos e as perspectivas críticas das mulheres negras em relação às políticas e aos projetos de nação (LÓPEZ, 2013, p.43).

Notamos que a autora compreende a importância de mencionar seu lugar de fala, de qual perspectiva contextualiza seu estudo, e como é importante que o tema seja retratado no meio acadêmico. Assim, a pensadora propõe que o texto retrate considerações do panorama de sua análise, as mobilizações afro-uruguayas considerando gênero, raça e a compatibilidade com o Estado, e como as mulheres negras podem promover sua presença nas discussões das ações políticas na esfera pública (LÓPEZ, 2013).

López (2013) retrata que, em sua pesquisa de doutorado, notou o quanto o gênero foi fundamental para uma categorização analítica e teórica, pois a interseccionalidade dialoga com os discursos das mulheres entrevistadas. Para a autora, foi de suma importância ter um olhar crítico para o conceito de raça, pois os relatos das



interlocutoras demonstravam que as lutas de raça não categorizavam a mulher negra, que era representada pelo homem, ou nos movimentos feministas, pela mulher branca.

Para a compreensão do histórico político do Uruguai, e como as mulheres negras estavam inseridas nele, é relevante contextualizarmos que o país teve um período em que foi governado pelo regime militar. De acordo com López (2013, p.45), “as disputas de poder estavam fortemente vinculadas à ideia de classe, dando continuidade à noção de nação homogênea e não considerando as vivências racializadas de classe, gênero, etnia”. Essa disputa de poder excludente deixa explícita a invisibilidade da mulher negra uruguaia que, após a década de 1970, sente esse período como uma mola propulsora para início dos movimentos sociais de luta.

A autora retrata que em 1989, permeado pelo Mundo Afro⁴, foi criado o Grupo de Apoyo a la Mujer Afro (GAMA) junto ao Coral Afrogama, que contemplou a criação de uma cooperativa de mulheres afrodescendentes que chefiavam famílias negras, visando a disponibilização de moradias, após a violenta expulsão dessas famílias que moravam no *Bairro Sur*. Esse ato caracterizou uma reparação do governo para com as famílias, luta conquistada por essas mulheres que conseguiram um empréstimo, e do município a doação de um terreno e uma antiga estrutura edilícia (LÓPEZ, 2013).

Partindo do princípio do pensamento de Crenshaw (1991), sobre o conceito de Interseccionalidade e suas dimensões: estrutural, política e representacional, notamos que a autora López retrata o contexto das mulheres negras uruguaias estruturalmente permeadas pelas dificuldades delas em serem representadas em uma sociedade patriarcal. E somente após a queda do regime militar, elas começam a conseguir se posicionar politicamente e reivindicar seus direitos, pois até então, estavam à margem de uma sociedade que utilizava de seus corpos para a constituição de famílias, porém, vivendo uma desigualdade de poder econômico.

López (2013) cita a atuação de duas irmãs militantes afro-uruguaias, Bárbara e Chela, como lideranças de referência para grande parte das ativistas, tendo evidência transnacional no movimento feminista. Elas participaram do movimento para a

4

Mundo Afro teve sua criação inicial como revista em 1988 e passa a ser uma organização não-governamental em 1993. Para mais informações, acessar:
<<http://www.mapeosociedadcivil.uy/organizaciones/organizaciones-mundo-afro/>>.



reparação das famílias do *Bairro Sur*, e posteriormente tornaram-se críticas às famílias fundadoras. Elas vivenciaram o racismo estrutural, conforme relato da autora, porém, as duas têm perspectivas diferentes. Chela teve a infância marcada pelo racismo na escola e Bárbara pela indiferença dos colegas no mesmo ambiente, dizendo que isso ainda lhe causa um sentimento de revolta em sua vida adulta, porém, transformado em justificativa para a militância.

Uma terceira mulher é mencionada pela autora. Naomi é um nome importante para o movimento das mulheres afro-uruguaias, pois ela é uma das fundadoras da organização Mizangas e ocupou um cargo relevante em conjunto com a ativista Bárbara na Secretaria, contribuindo com as ações do plano de Igualdade de oportunidades, mas teve que deixar o cargo por ausência de remuneração. As militantes problematizam “[...] a “indiferença” dos homens negros em relação às opressões sobre as mulheres negras que eles próprios perpetuavam” (LÓPEZ, 2013, p.54). Essa questão foi potencializada nacionalmente para discussões feministas e suas reivindicações, e a militância dessas mulheres negras emergiram questionamentos importantes nas políticas públicas (ibid).

As três militantes citadas por López (2013), são personalidades que deram início as lutas das mulheres negras no Uruguai, mas a autora também retrata o posicionamento de ativistas de uma geração mais jovem e suas alianças estratégicas. A autora relata a participação dessas jovens em conferências que abordam as temáticas referentes à etnia, gênero, diversidade sexual e juventude.

A autora cita em seu texto a fala da militante Naomi: “O casal homem negro e mulher branca se constitui a partir de diferentes fantasias, distintas do casal homem branco e mulher negra, que são em geral fantasias mais efêmeras” (LÓPEZ, 2013, p.59). A partir da citação da autora podemos considerar que a relação entre homem negro e a mulher branca tende a ser considerada uma relação estável, em contrapartida a relação entre homem branco e mulher negra é encarada como um relacionamento passageiro. Isto ocorre devido à estigmatização do corpo da mulher negra que muitas vezes é julgada como promíscua. A partir deste discurso, percebemos a relação com a dimensão representacional da interseccionalidade, destacando a relevância do tema para a condição da mulher afro-uruguaia.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

A autora Rosa Campoalegre Septien (2018) discute em seu texto *Mujeres negras: resignificando la experiencia cubana* sobre a descolonização como parte do princípio para a compreensão do feminismo negro que diverge do pensamento epistemológico e político do feminismo ocidental. O feminismo negro consiste em considerar sua ancestralidade e herança africana, e com isso, utiliza de tal pensamento como ferramenta política, diferente do feminismo ocidental, que surge com críticas ao racismo, à colonialidade e ao heterocentrismo.

A autora pontua também, tamanha importância de expor a oposição entre os termos afrodescendentes e negros, já que o povo afro-cubano identifica-se com o último, e assim, constroem suas subjetividades políticas. Sendo assim, Septien (2018) retrata que:

A negritude como reafirmação das subjetividades, apesar de origem colonial e, conseqüentemente, a desqualificação do termo, demonstra os processos de resignificação que auxiliam os feminismos negros e os fortalecem (p. 215).

No texto, a autora salienta que tanto no nível genealógico, quanto no sociológico, o termo afrodescendente é visto como identidades políticas e culturais que sofreram a partir da condição histórica de discriminações e desigualdades. Deste modo, a negritude é vista como inferior e diferente, propiciando a ideologia racista. Em vista disso, a utilização da perspectiva descolonial, ao considerar a diversidade de afrodescendências, possibilita desestruturar a concepção de gênero hegemônico e reducionista sobre a condição das mulheres como reprodução da colonização, na qual, conseqüentemente, viola e torna invisível a mulher negra (SEPTIEN, 2018).

A autora Septien (2018) explana que a interseccionalidade é como um sentido para o feminismo negro, pois é considerado que por meio da relação entre raça, classe, etnia, gênero, geração, sexualidades, territórios e corpos que afetam a vida das mulheres e possibilitam que as diversas vozes sejam ouvidas. Por concepção da autora, os feminismos negros são projetos de luta que alertam as relações entre o racismo e o sexismo e acometem os mitos, preconceitos e estereótipos do corpo da mulher negra.

Septien (2018) contextualiza que durante o século XIX, ocorreu o projeto nacional emancipatório, em que houve a participação dos negros que visavam lutar



contra o racismo perante o sistema político. Uma parcela da população negra tomou partido do político José Martí, que lutava contra a discriminação racial. Por meio desse princípio, surge “o projeto de libertação nacional, hierarquizando a igualdade e a inclusão social em uma sociedade colonial e escrava” (ibid, p. 217), mas segundo a autora, o projeto não foi bem sucedido e as mulheres negras estavam sujeitas a tripla discriminação, sendo elas: sexismo, racismo e vulnerabilidade econômica.

No ano de 1959, ocorreu a Revolução Cubana que até então mantinha o regime militar, após isso, surgiram políticas públicas que passaram a garantir o “acesso universal e gratuito a serviços básicos: saúde, educação, emprego, segurança e assistência social” (SEPTIEN, 2018, p. 217). Em vista disso, foi garantida a partir da condição constitucional a igualdade de oportunidades, direitos e aparatos legais que proibiram todos os tipos de discriminação. Cuba que era governada pela ditadura militar, passa a ter uma política socialista embasada nos princípios de igualdade, portanto, propiciando um possível equívoco de que o racismo estrutural tenha sido extinto, o que fica evidenciado ao novo sistema político como racismo institucional, mantendo a opressão.

Septien (2018) traz novas dimensões para se pensar a discriminação racial, sendo elas: midiática, institucional, econômica e familiar, demarcando o racismo como estruturante da sociedade contemporânea. Em relação à midiática, nota-se que existe uma comercialização do corpo da mulher negra como símbolo sexual. Na dimensão institucional, há grande execução de processos de negros pelo sistema de justiça criminal e no ensino superior, percebe-se o processo de branqueamento e feminização. Em referência a dimensão econômica, a autora aborda que as mulheres negras são a maioria em condição de pobreza e vulnerabilidade familiar, além disso, existe um número reduzido de mulheres negras que são empresárias. Por fim, na dimensão familiar, existem os casais inter-raciais, mas também os estereótipos sociais atribuídos às aptidões de mulheres negras, referente às áreas como trabalho doméstico, assistencial e entre outros.

Com base na dimensão política e representacional da interseccionalidade, Septien (2018) aborda durante seu texto, a existência de movimentos de lutas antirracistas em Cuba, nos quais há uma extensa liderança de mulheres negras em



ambientes acadêmicos em que há oficinas com temas relacionados a questões raciais e desigualdade que são patrocinadas pelo Centro de Pesquisa Psicológica e Sociológica. Contudo, ainda há organizações que não são reconhecidas por meios de comunicação, tornando-as invisíveis (SEPTIEN, 2018).

A partir da compreensão dos textos selecionados e pelo conceito de interseccionalidade, abordado por Crenshaw (1991), notamos que os três países foram mediados pela colonização de negros, induzida pelo racismo estrutural. Nessa condição, a mulher negra permaneceu invisível estruturalmente a toda essa sociedade por sofrer a discriminação tanto racista como sexista.

Por meio da correlação dos três textos, notamos também, as semelhanças e diferenças entre o desenvolvimento de cada país. Os textos que referenciam o Brasil e o Uruguai indicam que ainda há uma parte significativa da população que possui dificuldade em se reconhecer como afrodescendente. Em contrapartida, o texto que representa Cuba evidencia os afro-cubanos como um povo que se autoidentifica com a ancestralidade africana. Estruturalmente, o racismo mostra-se intrínseco para a construção do Uruguai e do Brasil desde o período colonial, favorecendo a invisibilidade da mulher negra, que também é subjugada às condições de origens vulneráveis e à construção familiar precária, como se todas fossem provenientes de favelas. Já em Cuba, a autora argumenta que é preciso analisar a condição da mulher negra a partir da perspectiva descolonial, em que há uma superação do colonialismo pelas lutas dos afro-cubanos que vem disseminando ao longo da história, porém, sem desconsiderar a existência do racismo estrutural no país.

Partindo da perspectiva da mulher negra, nos três países observamos que o corpo dessa mulher é visto como um objeto de uso, seja para fins sexuais ou trabalhistas. No âmbito representacional, conforme constitui Crenshaw (1991) e afirma Akotirene (2019), a mulher negra brasileira não tem seus direitos reconhecidos devido aos estigmas de um corpo sexualizado e desvalorizado para o labor intelectual, o que a direciona para vínculos domésticos. O mesmo ocorre no Uruguai, conforme elucidada López (2013), ao retratar as falas das ativistas do movimento feminista negro, indicando que seus corpos são passíveis de julgamento para a descrença de confiabilidade. Já em Cuba, de acordo com Septien (2018), o corpo da mulher negra também possui uma



imagem associada ao uso sexual ou ocupacional. A autora aponta que, por meio de veículos de comunicação é propagada a visão estereotipada da mulher negra. Dessa forma, partindo do princípio do pensamento da dimensão representacional da interseccionalidade, podemos considerar que a autora cubana acrescenta um olhar específico que seria a dimensão midiática, em relação à percepção da mulher negra.

Akotirene (2019) e López (2013) mencionam também o fato da mulher negra não ter seus direitos supridos por políticas públicas de seus países, sendo este um meio de integrá-las aos movimentos políticos que possam representá-las. Nessa condição, ambos os países tiveram uma mobilização efetiva das mulheres negras após o declínio de regimes autoritaristas, e então, começaram a ocupar alguns cargos políticos, o que iniciou uma modificação das políticas públicas, contemplando essa população. Em Cuba, a autora Septien (2018) esclarece que após a Revolução Cubana que dá fim a ditadura militar, corroborou para a implementação de políticas públicas que visam à igualdade e a proibição da discriminação. A partir disso, surgem movimentos políticos, em que houve o engajamento de mulheres negras na liderança.

A autora Septien (2018) ainda contribui com mais três dimensões para se pensar a questão Interseccional, que são elas: institucional, econômica e familiar. Para a autora, considera-se em Cuba o racismo institucional, que está presente em determinadas localizações sociais. Já a dimensão econômica, a autora aborda que a maioria das mulheres negras se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade familiar, e grande parte das afro-cubanas ocupam a posição de subordinação no trabalho. Na dimensão familiar, a autora explica que nas relações inter-raciais, a mulher negra tende a ser diminuída em relação às suas capacidades no âmbito familiar. Portanto, notamos que é possível pensar a Interseccionalidade a partir das perspectivas diversas, considerando a questão cultural dos países latinoamericanos a partir do pensamento dialético e sócio-histórico.

A autora Laura Cecília López menciona em seu texto sua perspectiva e posição política como mulher branca, mostrando a importância em ecoar sobre o tema, sem ser considerada como uma voz autorizada. Diante disso, percebemos a relevância de tratar o assunto não apenas pelas próprias mulheres negras, como as autoras Carla Akotirene e Rosa Campoalegre Septien, mas também, por mulheres que entendem seus lugares e



mesmo assim, enxergam a necessidade de explorar e estudar sobre a interseccionalidade.

Diante de tais apontamentos, percebemos a importância do olhar a partir da interseccionalidade como contribuição para a Psicologia. Durante a nossa graduação, notamos que o tema estudado não foi apresentado como algo emergente para a atuação do psicólogo, porém, entendemos o equívoco ao desconsiderar que fosse abordado como componente curricular a questão étnico racial. De acordo com Das Dores et al., a Psicologia é “chamada a problematizar os diversos contextos aos quais se inserem as atividades e as relações humanas, assim como, na problematização dos pontos de interseções e marcadores sociais que subjetivam e categorizam as pessoas” (2017, p. 253). Com isso, fica aqui desenhada a crítica à grade curricular do curso e ao mesmo tempo, a proposta e provocação para que se insiram nos componentes tópicos, discussões e eventos que contribuam com a perspectiva de atenuar as opressões apontadas pelos conceitos que discutimos ao longo do trabalho.

Desde 2002, o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu a resolução nº 018/2002, na qual determina as normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Esta resolução considera a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração de Durban, a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Constituição Federal de 1988, retratando o racismo como crime inafiançável e imprescritível, a lei 7.716 de 1989 que delibera os crimes decorrentes de preconceito de raça ou de cor, e por fim, os Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos (CFP, 2002).

O Conselho Federal de Psicologia junto ao Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas publicou o documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os)”, no qual tem como intenção combater o racismo a partir da conscientização e orientação dos profissionais em Psicologia, devido ao racismo estrutural e institucional presentes no Brasil (CFP, 2017). A partir de tal necessidade, os Conselhos Regionais e Federal disponibilizam palestras, rodas de conversa, núcleos etnicorraciais, e documentos⁵ para a compreensão das especificidades da população negra.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

O 14º caderno temático lançado pelo Conselho Regional de Psicologia SP, intitulado como “Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia”, tendo como objetivo nortear produções referenciais para a prática profissional, identificando as urgências perante a condição em que o indivíduo está inserido na sociedade, e por fim, dar visibilidade aos posicionamentos e indagações acerca da profissão de psicólogo (CRP, 2014).

Portanto, compreendemos que é de suma importância a abordagem de temas correlacionados às questões étnico-raciais na matriz curricular do curso de Psicologia. Com isso, há uma contribuição para a formação crítica dos profissionais ao se depararem com demandas específicas dessa população, considerando o racismo estrutural e institucional permeado no contexto histórico do Brasil.

Para mais informações, os documentos estão disponíveis no site do Conselho Federal de Psicologia: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologo/>>.



3 CONCLUSÃO

Ao nos depararmos com o conceito de interseccionalidade, percebemos que seu surgimento ocorreu pela necessidade de se pensar as condições e características diversas em que se encontram as mulheres na sociedade. O termo cunhado pela pensadora Kimberlé Crenshaw proporcionou a partir das três dimensões: estrutural, política e representacional, a reflexão sobre as intersecções que existem entre os grupos subordinados.

Baseado no que propusemos neste artigo, notamos que, ao abordar as especificidades da mulher negra por meio do pensamento latinoamericano, com base no conceito da interseccionalidade, compreendemos que a escravidão e o colonialismo demarcaram o percurso da história da população negra, inclusive da mulher negra. É visto que, as discriminações raciais e sexistas persistem até os dias atuais, e as mulheres negras são posicionadas em diferentes formas de opressão, em que são consideradas como invisíveis e tidas como objeto. Por meio de lutas do movimento negro e do feminismo negro, muitas questões relacionadas ao preconceito e a desigualdade vem sendo enfrentadas atualmente. Em vista disso, foi possível identificar as semelhanças e diferenças que existem nos países latinoamericanos, sobre a perspectiva das dimensões apresentadas. Brasil, Cuba e Uruguai são países que viveram períodos políticos demarcados pelo autoritarismo e isso refletiu diretamente na posição que a mulher foi submetida, a invisibilidade.

Também foi possível identificar na estrutura do próprio curso e em nossas experiências durante o processo, a ausência de corpos negros e o silenciamento das temáticas étnico-raciais nos componentes curriculares. Entendemos que o aprofundamento desta pesquisa e novos enfoques dentro da Psicologia podem ser necessários, além de contribuir para o processo de formação de novos profissionais.

Assim, concluímos que é de suma importância contextualizar a posição da mulher negra na sociedade, e compreender a necessidade de trazer à tona todas as questões que permeiam os preconceitos vividos por elas. Essa é uma discussão que a Psicologia precisa ter e ampliar no ambiente acadêmico, proporcionando a reflexão que transcende o olhar de uma Psicologia Clínica, para uma Psicologia Social e Política.



AFROCUBAWEB. **Rosa Campoalegre Septien**. Disponível em:
<<http://www.afrocubaweb.com/rosa-campoalegre.html>>. Acesso em: 21 out. 2019.

ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro. A criação de um campo: estudos afro-latino-americanos. In: _____. **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 19-44.

ANDREWS, George Reid. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro. **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 75-118.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003.

COLUMBIA LAW SCHOOL. **Kimberle W. Crenshaw**: Isidor and Seville Sulzbacher Professor of Law. Disponível em: <<https://www.law.columbia.edu/faculty/kimberle-crenshaw>>. Acesso em: 19 out. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 018/2002**. 2015. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO – CRP SP. **Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos**



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

para **Psicologia**. 2014. Disponível em:

<http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/14/frames/caderno_14.pdf>.

Acesso em: 25 nov. 2019

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, p. 1241, 1990.

DAS DORES, Aline dos Anjos et al. O conceito de interseccionalidade: contribuições para a formação no ensino superior. **EDUCERE - Revista da Educação**, Umuarama, v. 17, n. 2, p. 251-262, dez. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GELEDÉS. **Carla Akotirene, da revolta à ascensão negra em Mestrados e Doutorados!**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carla-akotirene-da-revolta-ascencao-negra-em-mestrados-e-doutorados/>>. Acesso em: 19 out. de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jun. 1988.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, jan. 1995.

LÓPEZ, Laura Cecília. A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 40-65, ago. 2013.



LÓPEZ, Laura Cecília. Currículo do sistema currículo Lattes. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0621367687187866>>. Acesso em: 19 out. 2019.

MOUINHOS, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 201-248, jun. 2014.

NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; TAVANTI, Roberth Miniguine; PEREIRA, Camila Claudino Quina. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In: SPINK, Mary Jane Paris et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2016.

RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446, jan. 1995.

SEPTIEN, Rosa Campoalegre. Mujeres negras: resignificando la experiencia cubana. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre (ed). **Afrodscendencias: voces en resistencia**. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 213-227.

Recebido: 23/6/2020.

Aceito: 20/7/2020.



Autores

Rafaela Campos Ohata - Graduanda do Curso de Psicologia (Uniso). Contato: rafaelaohata.psi@gmail.com

Rosana de Abreu Primo - Graduanda do Curso de Psicologia (Uniso). Contato: psico.rosanaabreu@gmail.com

Stephany Pereira da Silva - Graduanda do Curso de Psicologia (Uniso). Contato: stephanypereirapsico@gmail.com

Leandro Limoni de Campos Fonseca - Psicólogo, Mestre em Ciências pela USP (Área de Concentração: Psicologia Social). Membro do Colegiado Docente do curso de Psicologia da Uniso. Contato: leandro.fonseca@prof.uniso.br; (015) 98156-8600. Endereço: Campus Cidade Universitária - Rodovia Raposo Tavares km 92,5 Sorocaba CEP:18023-000

___ . **Afrodescendências**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 213-227.